

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 500.587 - SP (2019/0084818-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
EMBARGANTE : JESSICA FRANCISCA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : EDUARDO DIAMANTE - SP142799
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JESSICA FRANCISCA ALVES DOS SANTOS opõe embargos de declaração contra decisão em que não conheci do *writ*.

Nos aclaratórios, a defesa sustenta haver contradição no *decisum*, por considerar que o requerimento formulado na impetração – "que o juiz de primeiro grau determine a expedição de guia de recolhimento" (fl. 166) – foi apreciado e indeferido tanto pelo Juízo de primeiro grau quanto pela autoridade apontada como coatora, circunstância que afastaria a supressão de instância reconhecida na espécie.

Pugna, dessa forma, o acolhimento dos embargos "para suprimimento da contradição apontada, para o fim de conhecer o habeas corpus e de ofício que seja determinado a imediata expedição de guia de recolhimento" (fl. 168).

Decido.

Preambularmente, convém esclarecer que os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, isto é, nos casos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão **no acórdão embargado**. São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

Na hipótese, observo que os **embargos declaratórios não comportam acolhimento**. Como destacado no *decisum* combatido, a questão relacionada à suposta negativa do Juízo singular em expedir a guia de recolhimento **não foi apreciada no acórdão combatido**.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, **não identifico o vício apontado pela embargante.**

Ademais, o gabinete verificou, em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, que a **guia de recolhimento foi expedida em 11/10/2019** e distribuída ao Juízo da execução em **31/10/2019**, sob o n. 0014018-84.2019.8.26.0996, circunstância que evidencia a superveniente perda do objeto deste *writ*.

À vista do exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**